

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA GPR/Nº 735, DE 29 DE MAIO DE 2012.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **JOÃO MARIOSI**
Presidente do TJDFT

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Maio/2011 a Abril/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Mai/11 a Abr/12)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.414.185.767,11	11.725.200,11
Pessoal Ativo	1.136.871.491,02	3.539.249,48
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	43.397.557,21	
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.093.473.933,81	3.539.249,48
Pessoal Inativo e Pensionista	277.314.276,09	8.185.950,63
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	19.747.007,86	
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	257.567.268,23	8.185.950,63
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	337.226.358,24	11.725.200,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	92.027.559,88	11.725.200,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	245.198.798,36	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.076.959.408,87	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.076.959.408,87	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	581.850.483.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,185092%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.600.088.828
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.520.084.387

FORNE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 407/2011, e Portaria STN nº324/2012, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, a despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de maio a dezembro/11, excluindo-se desses as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

CID MOREIRA
 Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

ALBA VALERIA MARTINS VINUEZA FREIRE
 Secretária de Controle Interno

LIDIA MARIA BORGES DE MOURA
 Secretária-Geral

PORTARIA GPR/N 1257, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **JOÃO MARIOSI**
Presidente

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 151/152	De 27/09/2012

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Setembro/2011 a Agosto/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Set/11 a Ago/12)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.455.509.035,28	11.725.200,11
Pessoal Ativo	1.175.689.307,54	3.539.249,48
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	44.197.464,98	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.131.491.842,56	3.539.249,48
Pessoal Inativo e Pensionistas	279.819.727,74	8.185.950,63
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	19.915.209,52	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	259.904.518,22	8.185.950,63
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	339.287.374,78	11.725.200,11
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	91.560.622,33	11.725.200,11
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	247.726.752,45	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.116.221.660,50	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.116.221.660,50	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	600.187.795.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,185979%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.650.516.436
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.567.990.614

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 407/2011, e Portaria STN nº 544/2012, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a decisão judicial e exercícios anteriores devem ser de competência anterior ao período de apuração do RGF. Assim, para garantir a exatidão dos dados, foi considerada apenas a despesa executada nesses títulos no período de setembro a dezembro/11, excluindo-se desses as vinculadas às fontes 56/69.

4) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução nas fontes 56/69.

FÁTIMA ORBAGE DE BRITTO
 Secretária Subst. de Recursos Orçamentários e Financeiros
 ALBA VALERIA MARTINS VINUEZA FREIRE
 Secretária de Controle Interno
 LIDIA MARIA BORGES DE MOURA
 Secretária-Geral do TJDF

PORTARIA GPR 104 DE 28 DE JANEIRO DE 2013

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao terceiro quadrimestre de 2012, constante do anexo a esta portaria.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador **JOÃO MARIOSI**
Presidente

PUBLICADA NO DO	SEÇÃO 1
FL. 127/128	De 30/01/2013

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Janeiro/2012 a Dezembro/2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Jan/12 a Dez/12)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.400.110.142,50	25.901.281,27
Pessoal Ativo	1.141.628.089,78	10.430.577,99
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	47.393.385,65	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Ativo	1.094.234.704,13	10.430.577,99
Pessoal Inativo e Pensionistas	258.482.052,72	15.470.703,28
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	19.732.158,91	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	238.749.893,81	15.470.703,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	295.962.095,71	25.569.931,27
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	14.466.042,14	
Despesas de Exercícios Anteriores	26.066.286,57	25.569.931,27
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	255.429.767,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.104.148.046,79	331.350,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.104.479.396,79	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	616.933.349.000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,179027%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,275000%	1.696.566.709,75
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,261250%	1.611.738.374,26

FONTE: SIAFI, Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN nº 407/2011 e Portaria STN nº 26/2013, que divulga a Receita Corrente Líquida.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Sentença judicial sem precatório refere-se à execução nas rubricas 331909127, 331909129, 331909131 e 331909291.

3) As despesas não computadas relativas a inativos e pensionistas com recursos vinculados correspondem à execução, a esse título, nas fontes 56/69.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados (50)	1.471.017,35	39.180,64	1.431.836,71
Recursos Diretamente Arrecadados – Rendimentos convênios (80)	6.417.212,35		6.417.212,35
Recursos de Convênio (81)	65.749.114,51	22.740.465,73	43.008.648,78
Recursos Diversos ¹ (90)	1.904.414,85	1.904.414,85	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	75.541.759,06	24.684.061,22	50.857.697,84
Recursos Ordinários ² (00)	115.687.564,39	16.889.814,31	98.797.750,08
Custas e Emolumentos - Poder Judiciário (27)	8.526.881,80	1.565.397,02	6.961.484,78
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	124.214.446,19	18.455.211,33	105.759.234,86
TOTAL (III) = (I + II)	199.756.205,25	43.139.272,55	156.616.932,70

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES²

FONTE: SIAFI 2012 - Elaboração SUCON-TJDFT

Nota 1) Passivos Financeiros representam obrigações junto a terceiros(depósitos) desvinculadas da execução orçamentária.

Nota 2) Não foram considerados para efeito de disponibilidade os recursos diferidos (R\$ 97.448,13), decorrentes de sub-repasse à Vara da Infância e da Juventude.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF – ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não-processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Não Financeiros Diret. Arrecad. (50)			36.760,00	600.166,44	1.431.836,71	
Recursos Diret. Arrec. – Rend. Convênio (80)					6.417.212,35	
Recursos de Convênio (81)	327.209,57	305.958,48	22.107.297,68	23.495.841,10	43.008.648,78	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	327.209,57	305.958,48	22.144.057,68	24.096.007,54	50.857.697,84	
Recursos Ordinários (00)	62.890,52	6.970.625,33	678.111,04	101.374.590,34	98.797.750,08	
Custas e Emolumentos – Poder Judiciário (27)		1.565.397,02		943.218,10	6.961.484,78	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	62.890,52	8.536.022,35	678.111,04	102.317.808,44	105.759.234,86	
TOTAL (III) = (I + II)	390.100,09	8.841.980,83	22.822.168,72	126.413.815,98	156.616.932,70	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES¹

FONTE: SIAFI 2012 – Elaboração SUCON-TJDFT

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.104.479.396,79	0,179027%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,275000%>	1.696.566.709,75	0,275000%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,261250%>	1.611.738.374,26	0,261250%

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	126.413.815,98	156.616.932,70

FONTE: SIAFI 2012 - Elaboração SUCON-TJDFT

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

ALBA VALÉRIA MARTINS VINUEZA FREIRE
Secretária de Controle Interno

LÍDIA MARIA BORGES DE MOURA
Secretária-Geral do TJDFT